



FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA –  
FUNSAU-NA  
HOSPITAL REGIONAL DE NOVA ANDRADINA  
Dr. FRANCISCO DANTAS MANIÇOBA


Nova Andradina/MS, 22 de março de 2.022.

À empresa:  
**MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA**

Prezados,

Acatamos o parecer jurídico na sua integralidade, onde fora julgado parcialmente procedente a peça impugnatória. Sendo assim, o edital será revisto e o prazo para apresentação de propostas reaberto.

Atenciosamente,

  
Cíntia Rodrigues de Almeida  
Gerente de Licitação  
FUNSAU-NA

PARECER

PROCESSO N.19/2022

RECORRENTE: MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA

O presente feito possui objetivo de compras de produtos para lavanderia.

Consta impugnação da empresa quanto a ausência de exigência de licença ambiental, cadastro técnico federal de atividades poluidora e laudo de eficácia frente a Staphylococcus e Salmonella.

I. Licença ambiental


A licença ambiental da Resolução Conama 237, anexo I, informada pelo recorrente é vinculada aos fabricantes do produto e não as empresas que comercializam (varejo/atacado).

No entanto deve a instituição alterar o edital para exigir referida certidão do fabricante dos produtos apresentados pelos participantes/licitantes, diante a potencialidade lesiva dos produtos.

II. Cadastro técnico federal de atividades poluidoras

O Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP orienta quando se deve exigir a inscrição e regularidade no CTF do IBAMA como critério de aceitabilidade da proposta ou como requisito de habilitação.

Será exigido como critério de aceitabilidade da proposta quando for exigido registro de Cadastro Técnico Federal – CTF do fabricante do produto a ser adquirido ou utilizado na prestação de serviço contratado pela Administração e quem



participa da licitação não é o fabricante em si, mas sim revendedores, distribuidores, comerciantes em geral ou prestadores de serviços que se utilizam desses produtos, os quais, por não desempenhar diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, não são obrigados a registrar-se no Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA;

No entanto, deve o edital ser alterado para exigir registrado no CTF do IBAMA do fabricante dos produtos apresentados pelos licitantes

### III. Laudo de eficácia frente a Staphylococcus e Salmonella

Quanto ao item 04, acolhemos na integralidade a impugnação para constar a exigência dos laudos pelos fundamentos apresentados.

### IV. Conclusão

Portanto, acolho em parte a impugnação para constar no edital a exigência de licença ambiental e cadastro técnico federal de atividades poluidora apenas dos fabricantes dos produtos que serão apresentados pelos participantes da licitação. Ficam dispensados de apresentarem referidas certidões, as empresas revendedoras, distribuidores, comerciantes em geral ou prestadores de serviços.

Acolha na integralidade a exigência do laudo de eficácia frente a Staphylococcus e Salmonella do item 04.

É o parecer.

Nova Andradina/MS, 21 de março de 2022.

MARCOS ROGÉRIO FERNANDES

OAB 9.323 MS – FUNSAU-NA